

Ensaio sobre a cegueira

Robério Costa*

Roberta Costa**

José Saramago não perdoaria o plágio do título para fins tão comezinhos. O assunto tratado aqui não é digno das reflexões filosóficas exploradas no livro “Ensaio sobre a cegueira”, do Prêmio Nobel de Literatura de 1998, falecido no ano passado. Mas a analogia com a visão da situação econômica atual é tentadora. Há quase dois anos e meio, o mundo financeiro entrou em referência circular, que, na era Microsoft, traduz-se por planilhas eletrônicas que se embolam umas nas outras deixando o usuário sem resposta.

Muitos já buscaram os culpados pelo *looping* do modelo, mas difícil mesmo é encontrar os inocentes, dentre todos aqueles que participaram do jogo. O fato é que o mundo dos negócios ainda não conseguiu mudar de assunto desde então. A ação do Fed, acompanhada pelos principais bancos centrais do mundo, foi no sentido de garantir a solvência do sistema bancário, em primeira instância, e, em segunda, garantir a liquidez dos bancos, para que esses voltassem a cumprir a sua função precípua. Mas o crédito, motor do multiplicador monetário, até hoje, não voltou a azeitar o investimento e consumo, abortando as esperanças dos governos desenvolvidos de verem suas economias relançadas ao crescimento.

De fato, as economias desenvolvidas encontram-se agora ajoelhadas, depois de beijarem o chão, mas estão longe de terem se erguido após o *knockdown*. O arsenal de política econômica tem sido usado à exaustão, mas com resultado frustrante. A maior evidência disso, é que as economias seguem recebendo mais dosagem do mesmo remédio. Do lado da política monetária, os EUA deixaram de lado o debate sobre a estratégia de retirada dos estímulos financeiros para discutir seu oposto, uma nova injeção de US\$ 600 bilhões de liquidez no sistema, que atende pelo simpático apelido de QE2. Nada garante - aliás o presidente do Fed, Ben Bernanke, admitiu explicitamente a possibilidade - que não tenhamos um QE3, QE4 ou tantos outros *kiwis* quantos sejam necessários. Do lado da política fiscal, o presidente da república norte-americano, Barack Obama, teve de recorrer à manutenção dos cortes de impostos do ex-presidente George W. Bush para não agravar ainda mais o quadro social.

Na Europa, os problemas de dívidas soberanas e de solvência bancária se propagaram como rastilho de pólvora. À época do primeiro foco na Grécia, o governo irlandês foi citado como o exemplo de País que havia feito o ajuste fiscal necessário. Portugal e Espanha também eram considerados muito diferentes da Grécia, por terem déficits e dívidas menores. A Grécia não. Os gregos foram negligentes com as contas públicas e estavam expiando as suas culpas. Não precisou de grandes lufadas de vento para que os bancos irlandeses se incendiassem, cobrando do Estado o socorro imediato. A dívida local sobre PIB, um dos principais indicadores de solvência soberana, explodiu e, na esteira disso, o argumento do mercado implodiu. Com isso, Portugal e Espanha, além de Bélgica e

Itália, voltaram a ficar na desconfortável posição de ter de negar problemas de financiamento público, batendo na mesma tecla de que com eles a história é diferente.

Mesmo sem entrar na discussão sobre os efeitos colaterais de uma emissão de dinheiro sem precedentes e de déficits fiscais explosivos ao redor do mundo, restam questões de longo prazo sobre a lógica do modelo de crescimento subjacente às economias desenvolvidas, em especial a dos EUA. De que adiantará reativar o consumo doméstico nos EUA, ocupar a fôrceps a capacidade produtiva do País, estimular investimentos e com isso gerar novos déficits em transações correntes? As reservas internacionais dos países exportadores continuarão a amontoar dólares, que comprarão títulos do governo dos EUA, fechando o ciclo de financiamento público e externo. Não foi justamente esse o modelo que fracassou? Porque haveria de ser diferente agora?

Para o mercado interessa pouco se a engrenagem econômica voltar a funcionar à base de uma gambiarra que arrebentará mais à frente. O mercado, por definição, segue sempre um comportamento de manada, que impulsiona o capital financeiro na direção dos ativos da vez. Não lhe ocorre questionar por que têm pressa os animais.

Os riscos bancários, apesar dos prejuízos imputados ao erário, não foram reavaliados e limites mais rígidos para as operações das instituições financeiras não ficaram estabelecidos. As agências de *ratings* não sofreram, além do constrangimento público, mudanças relevantes em relação ao seu *modus operandi* e continuam a atribuir notas e vieses às instituições que as pagam. Os legisladores dos Estados Nacionais não foram questionados quanto à autorização progressiva para que a corda dos critérios para concessão de crédito pudesse ser cada vez mais esticada. Os produtos estruturados criados a partir de dívidas imobiliárias, os chamados derivativos dos empréstimos *subprime*, permaneceram na prateleira, hibernando à espera de uma nova chance.

Saramago não é exatamente um otimista, mas o “Ensaio” acaba bem, considerando as tenebrosas circunstâncias retratadas no livro. A esposa do médico, única personagem a enxergar de fato, conduz, ao fim e ao cabo, os sobreviventes à saída do inferno. Aos poucos, a treva branca se desfaz. No mundo real, o desfecho é desconhecido. Há pouca dúvida de que estamos distante do final da história. Há alguns candidatos naturais ao papel da providencial mulher do médico, sendo os principais o governo americano, o Federal Reserve, o Banco Central Europeu e os organismos internacionais. Até agora nenhum deles foi capaz de transpor a porta do sanatório, mas ninguém cogita pensar na hipótese de que seja porque eles mesmos ainda estão mergulhados no escuro.

* Economista chefe

**Economista